

## A INTOLERÁVEL TOLERÂNCIA DA ERA MODERNA

Mônica G. T. do AMARAL\*

---

**RESUMO:** *As teses de Foucault sobre a constituição do dispositivo da sexualidade encontram-se referenciadas em uma dupla crítica – histórica e metodológica – à hipótese repressiva da sexualidade. Trata-se de uma concepção positiva de poder que pretende dissociar dominação e repressão. A partir das idéias de Foucault sobre sexualidade e poder, o artigo procura estabelecer um contraponto entre suas concepções e as de diferentes autores do campo marxista, como Marcuse e Adorno (identificados com a Escola de Frankfurt) e Pier Paolo Pasolini. Argumenta-se que as contribuições destes últimos parecem se inscrever em um registro que difere das teses foucaultianas acerca da produtividade do poder e, ao mesmo tempo, supera os limites impostos pela hipótese repressiva.*

**UNITERMOS:** *Dispositivo da sexualidade; hipótese repressiva; ciência e ideologia; verdade e poder; falsa tolerância; narcisismo; subjetividade moderna.*

---

### 1. INTRODUÇÃO

Pretende-se, no presente ensaio, estabelecer relações entre a crítica da cultura feita pela Escola de Frankfurt\*\* e a que foi formulada por Pier Paolo Pasolini em uma coletânea de artigos conhecida como *Escritos Corsários* – década de 70 (9). Procuramos, de outro lado, assinalar as diferenças entre essas duas posturas, além de contrapor seus pontos de vista às idéias de Foucault a esse respeito.

Percebe-se que cortes distintos na História são identificados por Foucault e Pasolini, em relação à temática da sexualidade. Torna-se pertinente retomar a análise crítica de Foucault acerca da hipótese repressiva, face à leitura sobre o “regime de tolerância” próprio do capitalismo tardio, que Pasolini opõe à era já ultrapassada da repressão sexual.

Iniciamos nossa exposição pelas teses defendidas por Foucault em sua obra *História da Sexualidade I ...* (4), em que ele faz uma espécie de introdução às análises histó-

---

\* Departamento de Psicologia da Educação – Faculdade de Ciência e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara, SP.

\*\* “Escola de Frankfurt”, como já foi salientado por diversos autores, refere-se menos a uma localização geográfica e mais ao pensamento de um grupo de intelectuais marxistas, que formularam em Frankfurt, no período anterior a Hitler e depois no exílio, uma teoria social denominada “teoria crítica”.

ricas do poder. Objetivando obter uma explicitação da produção de saberes, o autor investiga, particularmente, a constituição do dispositivo da sexualidade.

Preocupa-se em fixar princípios metodológicos para reescrever a histórica da sexualidade, que seria a história das instâncias de produção discursiva do saber e do poder sobre a sexualidade e suas transformações. Como afirma o próprio autor em algumas de suas entrevistas, publicadas em *Microfísica do poder* (5), tratava-se neste primeiro volume de estabelecer um método de investigação de como as nossas sociedades, ao longo de tantos séculos, relacionam a questão do sexo com a busca da verdade. Propôs-se a fazer uma espécie de “genealogia” das relações de força embutidas nos discursos sobre o sexo, ou seja, “distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que se ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros” (5: 5).

Foucault concebe a sexualidade não enquanto uma categoria ontológica, mas como sendo constituída pelo próprio discurso sobre sexo, presente na hipótese repressiva. A proposta de reconstrução de uma história da sexualidade inscreve-se em uma tentativa de liberar o discurso sobre a sexualidade da hipótese repressiva. Segundo as palavras de Foucault: “Não se trata de negar a miséria sexual, mas também não se trata de explicá-la negativamente por uma repressão. O problema está em apreender quais os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade desta ou daquela maneira, acarretam efeitos de miséria” (5: 232).

Não pretende defender que a interdição do sexo seja uma ilusão, “e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (4: 17).

Para o autor, técnicas polimorfas de poder estariam penetrando nas condutas as mais individuais, chegando até mesmo a controlar desejo e prazer, seja por sua recusa e desqualificação, seja por meio da incitação à sua satisfação.

Nesse sentido, o autor propõe uma ruptura com as teses tradicionais do poder, que postulam uma oposição entre ciência e ideologia, operando com as categorias de falso e verdadeiro. Na introdução à *Microfísica do Poder*, Roberto Machado nos oferece algumas indicações sobre o caráter produtivo do poder para Foucault: “A uma concepção negativa que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar dominação e repressão. O que suas análises querem mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão” (5: xvii).

Na primeira entrevista, “Verdade e Poder”, deste livro (*Microfísica do Poder*, 5), Foucault expõe os motivos de sua recusa em utilizar as categorias de ideologia e de repressão. Sua oposição ao conceito de ideologia se dá por três motivos. Em primeiro lugar, porque supõe uma oposição entre ideologia e verdade — esta última associada ao discurso científico; em segundo, porque se refere ao sujeito; e, em terceiro, porque a ideologia ocupa uma posição secundária ao ser referenciada à infra-estrutura econômica.

Ao que o autor expõe os argumentos contrários que se seguem. Segundo Foucault, trata-se, ao contrário, de “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos que não são em si nem verdadeiros, nem falsos” (5: 7). De outro lado, não se deve buscar o sujeito da História, mas desvendar a rede de produção da subjetividade. E, ainda, que o poder não está localizado no Estado, ou na superestrutura, mas haveria uma rede do poder que se alastra por toda a sociedade e da qual ninguém pode escapar.

À clássica antinomia entre ciência e ideologia, Foucault opõe verdade e poder. Trata-se, não de um combate em favor da verdade, “mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico e político que ela desempenha” (5: 13). E conclui o seguinte a esse respeito: “Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (5: 14).

Recusa também a categoria repressão, porque esta pressupõe uma concepção jurídica do poder (lei que diz não). A esta noção negativa do poder, embutida na categoria de repressão, Foucault opõe a positividade do poder, com sua eficácia produtiva: “Produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (5: 8). Considera necessário investigar os procedimentos técnicos do poder que realizam um controle minucioso do corpo, em seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

Em *História da Sexualidade I...* (4) inicia esse trabalho por meio de uma verdadeira desmontagem do discurso sobre o sexo, proposto pela hipótese repressiva. O autor descreve inicialmente a história da sexualidade de acordo com a hipótese repressiva para, aos poucos, contestar esta versão e explicitar os cortes que ele próprio visualiza na história da sexualidade. Assim, segundo a hipótese repressiva, até o século XVII, os códigos da sexualidade eram mais liberais. Porém, a partir do século XVII, mas principalmente desde o século XIX, a sexualidade é “cuidadosamente encerrada”, ou seja, suas manifestações saem do domínio público e se recolhem à esfera privada. “A família conjugal a confisca, passando a proclamar o decoro das atitudes e a decência das palavras” (4: 9-10).

Com que ironia Foucault discursa sobre as bandeiras liberalizantes levantadas pela esquerda. Na verdade, faz uma análise extremamente crítica àqueles discursos mecanicistas, que associam, sem mediações, a repressão sexual ao capitalismo, condicionando sua superação à desrepressão, sexual, inclusive. “Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro cujo apressamento se pensa contribuir. Alguma coisa da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei, passa facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo... Para amanhã o bom sexo?” (4: 12)

Resumindo, teríamos basicamente três críticas levantadas por Foucault à hipótese repressiva. Uma de ordem histórica: “A repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica?”; outra de ordem histórico-teórica: “A mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essen-

cialmente, de ordem repressiva?"; e uma terceira, de cunho histórico-político: "Existiria mesmo uma ruptura histórica entre a Idade da Repressão e a análise crítica da repressão?" (4: 15).

Foucault não crê que exista propriamente uma ruptura entre a repressão e a crítica à repressão, já que ambas se remetem à hipótese repressiva, além de contribuir para a incitação ao discurso sobre o sexo. Assim, o autor lança-nos sua hipótese acerca da história da sexualidade, que, até o final do século XVII, inscrever-se-ia nos quadros das relações de aliança, regidas pelo código jurídico. "O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações... O resto permanecia bem mais confuso: atentemos para a incerteza do *status* da sodomia ou a indiferença diante da sexualidade das crianças" (4: 38). No entanto, a explosão discursiva sobre o sexo, presente nos séculos XVIII e XIX, provocou duas modificações: o código jurídico que legisla sobre a relação matrimonial, com suas regras e coerções em torno da monogamia heterossexual, dá lugar à incitação à sexualidade perversa. "O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discricção, tende a funcionar com uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação, o que se interroga é a sexualidade infantil, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas" (4: 39).

O código jurídico é substituído pelo código a partir da ordem natural do desejo, que será definido por uma ciência da sexualidade. Esta procura classificar e especificar os sem-números de perversões contribuindo, pois, para desencadear uma verdadeira proliferação das sexualidades periféricas. "Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real, de incorporá-las ao indivíduo" (4: 44).

Por fim, dirige questionamentos àqueles que postulam a existência de uma repressão maior ainda na era moderna. Esta, de acordo com essa corrente, seria responsável pelo regime de falsa tolerância. No último parágrafo do segundo capítulo da *História da Sexualidade I...*, Foucault explicita tais questionamentos, ao mesmo tempo que esboça sua própria concepção acerca da sexualidade moderna: "Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas mas, sobretudo – e é esse o ponto importante –, a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apóie localmente em procedimentos da interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas" (4: 44).

Esta crítica elaborada por Foucault muito bem se aplicaria a Pasolini, na medida em que este, a partir da hipótese repressiva, condena a sociedade moderna concebendo-a como falsamente tolerante.

Passaremos agora a expor as idéias de Pasolini, contrapondo-as às da Escola de Frankfurt, para depois tecermos algumas considerações finais em que se pretende alinhar os pensamentos das três tendências em pauta neste artigo.

## 2. DA HIPÓTESE REPRESSIVA À SUA SUPERAÇÃO – UMA TERCEIRA CORRENTE NÃO IDENTIFICADA POR FOUCAULT?

Para fazermos essa discussão, seria interessante recorrer às idéias da Escola de Frankfurt e às de Pasolini a respeito da ideologia do capitalismo tardio e, com isso, contribuir para o esclarecimento da crítica deste último ao “regime de tolerância”.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a Escola de Frankfurt esboça uma dupla concepção de ideologia, que corresponde à análise elaborada por esta corrente das diferentes fases do modo de produção capitalista. De acordo com a Teoria Crítica, a concepção marxista de ideologia é apropriada ao estágio do capitalismo concorrencial. Refere-se a um discurso que justifica e camufla a realidade vivida, seja no plano da vontade, seja no plano da produção do saber, encontrando-se, pois, determinada pelas relações sociais de produção e pela situação de classe do sujeito do conhecimento.

Adorno e Horkheimer (3) afirmam que, no estágio do capitalismo monopolista, uma outra tendência estaria se esboçando, qual seja a de que a ideologia passaria a se configurar como a totalidade dos produtos culturais, sob a forma fetichizada da mercadoria, promovendo dessa forma uma integração das forças que se opõem ao sistema. Ideologia e realidade correm uma em direção à outra. A primeira não é mais o invólucro de uma imagem ameaçadora de mundo, mas é essa própria imagem. A realidade converte-se em ideologia de si mesma, o que vem dificultando sua crítica e superação. Há um verdadeiro deslocamento geológico da superestrutura à infra-estrutura.

Já Pasolini mantém a concepção marxista do real alienado mesmo no que diz respeito à análise dos produtos culturais próprios do capitalismo tardio. A era da tolerância sexual caracteriza-se, de acordo com Pasolini, por uma nova forma de totalitarismo, a do consumo, que é “alienante até ao extremo limite da degradação antropológica, até ao genocídio (Marx). A sua permissividade é falsa; é, na verdade, a máscara da pior repressão que jamais algum poder exerceu sobre as massas” (10) – (grifo nosso). A ideologia converte-se em irrealidade, ou seja, uma realidade que se desrealizou.

Mesmo diante de tais ponderações acerca da diferença fundamental entre a leitura crítica de Pasolini sobre a sociedade de consumo do capitalismo tardio, e a da Escola de Frankfurt a respeito da sociedade afluyente, encontramos nessas análises pontos de identidade que, muitas vezes, se complementam. Não há dúvida de que ambas se remetem à hipótese repressiva criticada por Foucault, pois realizam uma crítica ideológica que se encontra no mesmo registro da repressão que se quer anular.

Vejamos, então, como a Teoria Crítica trabalha com a categoria de repressão, não se atendo apenas à esfera da sexualidade como o faz Pasolini.

A Teoria Crítica denuncia que uma outra forma de dominação vem se esboçando na sociedade afluyente, passando a interferir na própria dinâmica individual. No que se refere à integração no âmbito cultural, há que se elucidar o processo de “dessublimação repressiva”, que, de acordo com Marcuse, predomina nas regiões mais avançadas do capitalismo monopolista.

Adorno (1,2) anuncia o surgimento da “síndrome do narcisismo”, semelhante à idéia de “dessublimação repressiva”, termo utilizado por Marcuse para explicitar o modo como a sociedade afluenta controla diretamente desejos e pulsões individuais. Tal controle viabiliza-se por meio da satisfação imediata das pulsões, eliminando assim a necessidade de mediação das instâncias institucionais (família, escola, religião), que no estágio do capitalismo concorrencial eram responsáveis pelo *contra-controle ideológico*. Isto ocorre, porque o sistema tende a eliminar as próprias instâncias psíquicas (Ego, Superego), pois estas, ao censurarem o inconsciente, também censuram o censor, o que, em última instância permitiria a contestação. Não havendo interesse em que isso ocorra, procura-se administrar os impulsos de cada um.

Há, pois, ao contrário do que postula Foucault, um lugar de verdade – de produção contra-ideológica –, que se opõe ao poder instituído pela classe dominante, mesmo quando assume formas bem mais eficientes de dominação ideológica, tal como a descrita acima.

De acordo com a Escola de Frankfurt, ocorre uma dessublimação institucionalizada, em que a liberação da sexualidade e da agressividade se realiza de modo imediato, o que poderia elucidar “o poder repressivo do universo de satisfação estabelecido” (8).

Assim, tanto Pasolini quanto a Escola de Frankfurt denunciam a forma de exercício do poder da sociedade afluenta como a mais repressiva de todas. Ao que Foucault se opõe claramente. Depois de esboçar sua própria hipótese acerca da história da sexualidade, apontando o século XVII como o marco de uma crescente incitação ao discurso e às práticas sexuais, de início restritos ao matrimônio, ampliando-se posteriormente ao universo das perversões. Foucault descarta a tese de que a era moderna seja caracterizada por uma repressão mais intensa do sexo. “É o inverso que aparece, pelo menos numa visão geral: nunca tantos centros de poder, jamais tanta atenção manifesta e prolixa; nem tantos contatos e vínculos circulares, nunca tantos focos onde estimular a intensidade dos prazeres e a obstinação dos poderes para se disseminarem mais além” (4: 49).

A Teoria Crítica aponta para o uso social da energia instintiva, em que o princípio do prazer se expande ao princípio de realidade. O universo em que se poderia obter prazer é reduzido, produzindo-se uma localização e uma contração libidinais, reduzindo a sexualidade à esfera genital. Ao que acrescenta Pasolini: a liberdade de cópula para o casal heterossexual tornou-se uma verdadeira obsessão, pois é concedida, “inculcada e imposta” de modo permissivo pela sociedade de consumo.

O casal emerge como modelo gerando o conformismo da maioria da população. Ao lado desta falsa tolerância sexual para as relações heterossexuais, tudo o que é diferente do modelo é “ignorado ou repellido” com extrema violência.

Pasolini, considera ainda que haja distinções entre a ideologia da classe dominante (essencialmente hedonista) e a das classes populares (clerical-fascista), que assumem para si um hedonismo alienado. Já Adorno vê o narcisismo, por exemplo, como uma síndrome não somente da família burguesa como de toda a sociedade, na medida em que a classe dominante cria uma sociedade à imagem dela mesma.

Para explicitar a análise política do coito feita por Pasolini, é interessante retomar suas análises acerca da questão do aborto. Segundo o autor, esse mesmo povo que tem suas formas comunitárias de viver simplesmente aniquiladas pelo novo regime, passa a ser induzido a aceitar a legalização do aborto. Quer dizer, um povo que se alienou de sua existência, de seu corpo, de seu sexo, é obrigado a aceitar o aborto, também de forma alienada. Ou seja, alienando-se do fato que o precede, o coito, que no regime de falsa tolerância torna-se uma obrigação social.

Assim, Pasolini considera extremamente conservador o fato de se isolar a luta pela legalização do aborto do contexto político em que esta se estrutura, ou seja, do momento político do coito. Distingue dois momentos políticos do coito:

- Antes do advento do neocapitalismo, sob o regime de repressão, o coito fora do casamento era considerado um escândalo. No entanto, o casamento era uma festa, e a criança, que era bem-vinda, se constituía em garantia de sobrevivência da espécie. Em época de escassez, a pobreza e a carência existiam, mas havia também verdadeira tolerância para com o diferente. As pessoas eram mais felizes; o povo, ao menos;
- Com o surgimento do neocapitalismo, sob o regime de falsa tolerância, o coito torna-se uma obrigação social. O casamento parece um “rito fúnebre, apressado e cinzento”, e a vinda de uma criança passa a ser considerada maldita.

A Teoria Crítica considera que a liberação sexual promovida pela sociedade afluenta acaba reduzindo as possibilidades de sublimação, pois apenas aparentemente a satisfação erótica encontra-se liberada, quando o que ocorre é uma expansão sexual para além do privado.

A sexualidade, assim como a arte, ou mesmo a contestação operária são integrados ao mundo da produção, perdendo todos seu poder de negação ao existente.

A alienação artística existente outrora é concebida como um processo de sublimação, pois cria imagens contraditórias ao princípio de realidade, porém toleráveis como imagens culturais. Na sociedade unidimensional, com a incorporação da arte à cozinha, ao escritório, aos anúncios, ao mundo dos negócios, torna-se dessublimação por meio da substituição da satisfação mediata pela imediata. A tendência narcísica da sociedade moderna caracteriza-se pela perda da explosiva dimensão individual da sexualidade. A liberação sexual ocorre em meio ao uso repressivo da libido, em que a sexualidade é encorajada a canalizar-se socialmente.

Pasolini, quanto a esta questão, talvez preferisse se remeter a uma perda da explosiva dimensão de uma sexualidade comunitária, que ocorreria sob o regime da falsa tolerância. Enquanto Adorno e Marcuse recorrem ao modelo repressivo da família patriarcal como parâmetro de crítica à permissividade da sociedade afluenta, Pasolini prefere se remontar à liberação autêntica que um dia parece ter existido entre as camadas populares, nas quais uma tolerância verdadeira emergia de suas formas de vida comunitária.

De acordo com a Teoria Crítica, tanto a realidade quanto a fantasia comprimem o Superego, enfraquecendo-o. A idealização da autoridade parental e sua internali-

zação são dificultadas pela própria indiferença de pais narcisos. Estes mantêm com os filhos relações de aparência, com falta de calor, permeadas por uma agressividade não verbalizada.

Como já vimos, Pasolini fala da mesma indiferença nas relações matrimoniais, que se transformam em algo “sombrio e frio”.

Russel Jacoby considera impossível conceber esta nova estrutura familiar e o novo processo de individuação próprio ao narcisismo à parte do estudo das tendências do capitalismo. Afirma que, assim como nos primórdios do modo de produção capitalista exige-se o puritanismo e o sacrifício, no capitalismo tardio requer-se um hedonismo programado. O narcisismo implica um protesto em nome da “saúde” e da “felicidade” individuais contra o sacrifício “irracional”, indo assim ao encontro dos ditames da sociedade afluyente, com a comodidade que esta propicia. Um hedonismo propalado pela burguesia, que em busca de autogratificação devora-se a si mesma. A sexualidade “não pode mais ser separada dos cigarros, cervejas e shampoos” (7: 183).

Faz-nos recordar Pasolini quando este ressalta que não mais existe a predominância da pobreza: observa-se, ao contrário, 50 milhões de pequeno-burgueses. Como se a carência de outrora fosse responsável por uma real tolerância, mas que atualmente é substituída por uma falsa tolerância que se dá junto com o esquecimento da antiga pobreza.

Adorno, em seu artigo “Sociology and Psychology” (Parte I), reconhece uma crescente racionalidade do sistema que permanece irracional quanto à autopreservação, já que a unidimensionalização falha em se materializar. Considera até mesmo que a irracionalidade do sistema torna-se responsável pela neurose; esta, derivada da estrutura de uma sociedade que não se pode abolir. Nesse mesmo artigo, afirma: “As necessidades foram sempre mediadas socialmente, mas hoje as pessoas e suas necessidades estão ficando cada vez mais divorciadas e sua gratificação vem se dando em observância das regras que lhes são impostas” (1: 78).

Encontramos nos *Escritos Corsários* de Pasolini (9) considerações semelhantes às de Adorno. Pasolini considera que o regime de falsa tolerância impede a emergência de alternativas ao modelo, cerceando, assim, a própria crítica ao sistema. Aponta também uma “erotomania” sexual que vem se transformando em uma neurose coletiva, sendo esta responsável por intensas frustrações.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault, no artigo *Porque investigo o Poder?* (6), menciona sua oposição às formas de investigação da razão iluminista propostas pela Teoria Crítica. Considera que não se deve buscar uma compreensão totalizante da racionalidade de uma dada sociedade ou cultura, mas sim investigar racionalidades específicas. Estas são desencadeadas a partir de lugares diferentes de produção do saber e do poder, tais como: a loucura, a enfermidade, a morte, o delito, a sexualidade, etc.



De acordo com a Teoria Crítica, o positivismo, no plano filosófico, correspondia na verdade à crença burguesa de que bastaria pôr a consciência em ordem para que a sociedade se organizasse. Porém, tal concepção correspondeu a um momento da sociedade burguesa (capitalismo concorrencial), cujo desenvolvimento industrial não era muito intenso (visava mais à produção). Havia, de outro lado, relativa liberdade baseada na igualdade formal entre os homens. A ideologia enquanto falsa consciência era baseada em uma explicação racional da sociedade. E é por isso que podia ser combatida por uma crítica ideológica (marxista), que também se apoiava em um discurso racional.

Porém, a ideologia que se manifesta sob o capital monopolista, cujo ápice pode ser representado pela ideologia do nacional-socialismo, não pode mais ser combatida por um discurso racional já que a manifestação de suas formas de consciência não possui mais elementos racionais a serem refutados. A ideologia dessa nova era só poderá ser compreendida pelas disposições psicológicas implantadas nos indivíduos.

Parece-nos, pois, que Foucault tem e não tem razão quando levanta tais críticas à Escola de Frankfurt. Não tem, pelo fato de não distingui-la das análises marxistas e por deixar de salientar as análises que a Teoria Crítica faz acerca das relações entre subjetividade e poder. De outro lado, tem razão quando a inclui em análises do tipo globalizante, pois, realmente, a Teoria Crítica parte das determinações econômicas para compreender as formas de dominação ideológica de cada momento histórico.

Quanto a Pasolini, como já vimos, faz uma análise marxista do “regime de tolerância” das sociedades modernas. Trata-se, nesse sentido, de uma análise que também se inscreve na hipótese repressiva, tão criticada por Foucault. Pasolini propõe um programa de tolerância verdadeira, sob o registro libertário. A liberdade e a verdade sobre o sexo se colocariam fora do âmbito do poder repressivo da sociedade de consumo.

Para Foucault, a resistência é local, pontual: não pode ser definida fora dos mecanismos de poder. Liberdade e sexualidade inscrevem-se no interior das instâncias do poder. Daí a inexistência, para o autor, de um lugar de verdade, externo ao poder, que aponte para uma utopia. Segundo Foucault, a resistência estaria na recusa de todas as incitações promovidas pelo sistema valorizando o secreto e não o confessional.

---

AMARAL, M. G. T. do. The intolerable tolerance of modern age. *Perspectivas*, São Paulo, v. 14, p. 69-79, 1991.

**ABSTRACT:** *The theses of Foucault on the constitution of the device of sexuality are based on a twofold critique – historic and methodologic – on the repressive hypothesis of sexuality. It is a positive conception of power that intends to dissociate domination and repression. From Foucault's ideas on sexuality and power, the present article tries to establish a comparison between his conception and those of different marxist authors like Marcuse, Adorno (who are identified with the Frankfurt School) and Pier Paolo Pasolini. We maintain that the contributions of these authors are of a different nature from that of Foucault's theses on productivity and power and, at the same time, overcome the limits set up by the repressive hypothesis.*

**KEYWORDS:** *The device of sexuality; repressive hypothesis; science and ideology; truth and power; false tolerance; narcissism; modern subjectivity.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, T. W. Sociology and psychology I. *New Left Review*, n. 46, p. 67-81, 1967.
2. ADORNO, T. W. Sociology and psychology II. *New Left Review*, n. 47, p. 79-97, 1968.
3. ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
4. FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. M. Thereza da C. Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 1.
5. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
6. FOUCAULT, M. Porque investigo o poder? *Cadernos de Marcha*, Buenos Aires, n. 14, dez. 1986.
7. JACOBY, R. The politics of narcissism. In: DIGGENS, J., KANN, M. (Ed.) *The problem of authority in America*. Philadelphia, Temple Univ. Press, 1981.
8. MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Trad. Alvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
9. PASOLINI, P. P. *Escritos corsários*. Trad. Michel Lalud. São Paulo: Brasiliense, 1990.
10. PASOLINI, P. P. Thethis. In: \_\_\_\_\_ . *Escritos corsários*. Trad. Michel Lalud. São Paulo: Brasiliense, 1990.

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- FOUCAULT, M. Les matins gris de la tolérance. *Le Monde*, Paris, 23 mars 1977.
- HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W. *Temas básicos de sociologia*. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Cultrix, s.d.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Trad. Giasone Rebuá. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- PASOLINI, P. P., DUFLOT, J. *Diálogo: as últimas palavras do herege*. Trad. Luís Nazário. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROUANET, S. P. *Imaginário e poder*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979. 741p. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.